

2007/2008



2007/2008

NOVIDADES

-Alteração do peso relativo dos indicadores

-Menos pontuação:

- 2: Programas Fee (-1)
- 8: Certificação (-1)
- 14: Qualidade da água (-1)
- 15: Aguas residuais (-1)

-Mais pontuação:

- 12: Ordenamento do território (+6)
- 23: Turismo (+1)

-Indicadores com reformulações mais significativas

- 10: biodiversidade e paisagem
- 12: ordenamento do território
- 23: turismo sustentável

Indicadores que alteram estatuto IU-INU

- 10: áreas protegidas (bónus)
- 23: turismo sustentável (parcialmente INU)

Temas

Peso relativo no índice ECOXXI	2006		2007	
	Pontuação	% (PMP= 100-9)	Pontuação	% (PMP= 100+3)
Grupos de indicadores				
Educação Ambiental/EDS	19(*)	21	18 (*)	18%
Sociedade Civil / Informação/Agenda21	11	12	11	11%
Instituições	10	11	9	9%
Conservação da Natureza	11 (*)	12	8+3 (*)	8 a 11%
Ar	3	3	3	3%
Água	15	16	12	12%
Resíduos	7	8	7	7%
Ruído	3 (*)	3	6 (*)	3% 5%
Energia	5	5	5	5%
Mobilidade	4 (*)	4	5 (*)	5%
Agricultura	3	3	3	3%
Turismo	3	- Não avaliado	4	4%
Ordenamento do Território	6	- Não avaliado	12	12%

Indicadores 2007

Código	Sector	Nome	Tipo de indicador			Pontuação Máxima Possível
			PER	IP/ IC	IU/INU	
1	Ed. Ambiental/EDS;	Promoção da Educação Ambiental /EDS por iniciativa do município	R	IP	IU	10
2	Ed. Ambiental/EDS;	Educação Ambiental- Programas FEE: Eco-Escolas+JRA	R	IP	IU	5
3	Ed. Ambiental/EDS; Ambiente Marinho e Costeiro	Implementação da Campanha Bandeira Azul	R	IC	INU	3
4	Instituições	Agenda 21 Local e Participação	R	IC	IU	6
5	Instituições	Informação disponível aos munícipes	R	IC	IU	5
6	Instituições	Emprego na Área de Ambiente	R	IC	IU	3
7	Instituições	Cooperação com a Sociedade Civil	R	IC	IU	3
8	Instituições	Certificação em Sistemas de Gestão de Qualidade	R	IC	IU	3
9	Conservação da Natureza	Áreas Classificadas	R	IC	INU	2 (+3)
10	Conservação da Natureza	Conservação da Natureza, Biodiversidade e Paisagem	R	IC	IU	3
11	Conservação da Natureza; Floresta	Gestão e Conservação da Floresta	R	IC	INU	3
12	Ordenamento do Território;	Ordenamento do Território	P	IC	IU	12
13	Ar	Qualidade do Ar e Informação ao Público	E	IC	INU	3
14	Água	Qualidade da Água para Consumo Humano	E	IP	IU	4
15	Água	População Servida por Sistemas de Abastecimento de Água	E	IC	IU	4
16	Água	População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	R	IC	IU	4
17	Resíduos	Produção e Recolha Selectiva de Resíduos Sólidos Urbanos	P	IC	IU	3
18	Resíduos	Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos	R	IP	IU	4
19	Energia	Valorização do Papel da Eficiência Energética na Gestão Municipal	E	IC	IU	5
20	Transportes;	Mobilidade Sustentável	R	IC	IU	5
21	Ruído	Qualidade do Ambiente Sonoro	R	IC	IU	3
22	Agricultura	Agricultura Sustentável	E/P	IC	INU	3
23	Turismo	Turismo Sustentável	E	IC	IU	4

. METODOLOGIA

A- N.º de Equipamentos existentes, onde o município tem responsabilidades de dinamização/gestão. Cada equipamento deverá ser descrito relativamente a:

- Tipo de equipamento e localização;
- Público-alvo: tipo e dimensão;
- Plano de acção e respectivos instrumentos de avaliação.

B- N.º de Acções Continuadas/ Projectos promovidas pelo município.

Cada actividade deverá ser descrita relativamente a:

- Tipo de actividade;
- Objectivos e competências a desenvolver;
- N.º de vezes que foi realizada;
- Para cada vez que foi realizada: público-alvo (tipo de dimensão);
- Instrumentos de avaliação.

C- N.º de Actividades de Formação promovidas pelo município.

Cada actividade deverá ser descrita relativamente a:

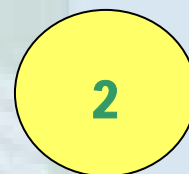
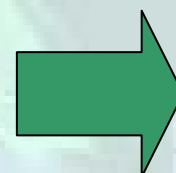
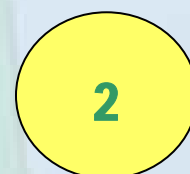
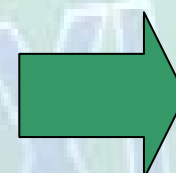
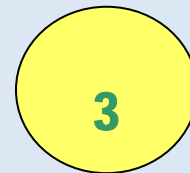
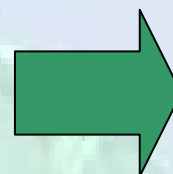
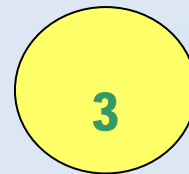
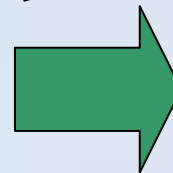
- Tipo de actividade;
- Objectivos e competências a desenvolver;
- N.º de vezes que foi realizada;
- Para cada vez que foi realizada: público-alvo (tipo de dimensão);
- Instrumentos de avaliação.

D- N.º de Actividades de Sensibilização promovidas pelo município.

Cada actividade deverá ser descrita relativamente a:

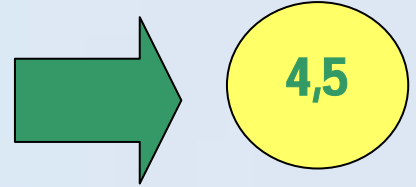
- Tipo de actividade;
- Público-alvo (tipo e dimensão);
- Objectivos;
- Instrumentos de avaliação.

IP

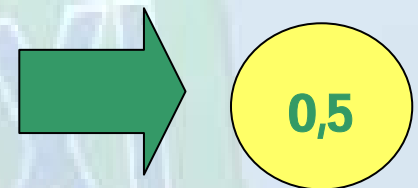


METODOLOGIA

A – A pontuação é atribuída em função do **índice de Eco-Escola (EE)** calculado através da razão entre o n.º de Bandeiras Verdes (**BV**) e o número total de Escolas do Ensino Básico existentes no concelho (**EEB**). O valor é expresso em percentagem.



B – A pontuação é obtida pela existência de **Jovens Repórteres para o Ambiente** no concelho. É verificado o número de escolas com projectos Jovens Repórteres para o Ambiente que aplicaram, integralmente, a metodologia de investigação e comunicação implícita no projecto, com publicação de trabalho em www.youngreporters.org. Os valores referem-se ao ano de candidatura ou no anterior /válido o valor mais elevado).



METODOLOGIA

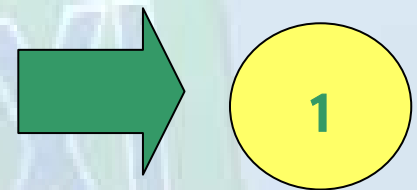
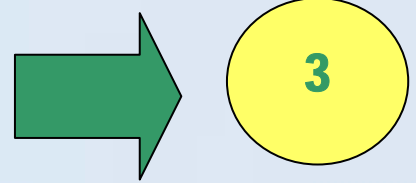
O indicador é calculado a partir do número de Bandeiras Azuis atribuídas, sendo consideradas:

- as Zonas Balneares Costeiras
- as Zonas Balneares Fluviais.

A – N.º bandeiras azuis atribuídas em ZBCD; n.º de ZBCD.

B – N.º bandeiras azuis atribuídas em ZBFD; n.º de ZBFD.

Os valores referem-se à época banhar do anos da candidatura ou à anterior (válido o valor mais elevado).



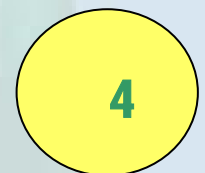
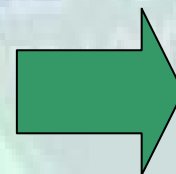
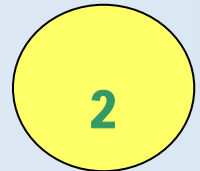
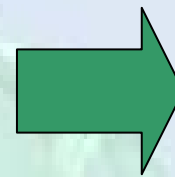
. METODOLOGIA

A - Existência de acções de promoção da participação pública, nomeadamente : divulgação e discussão da revisão do PDM, Plano Municipal de Ambiente ou equivalentes, nos últimos 2 anos;

B - Existência de um processo de Agenda 21 iniciado no município, com identificação de:

- quem coordena e elementos que compõem a Comissão ou Grupo de Trabalho em funcionamento, visando a criação/implementação da Agenda 21 Local.
- Composição do Fórum da Agenda 21 Local , caso esteja instalado.

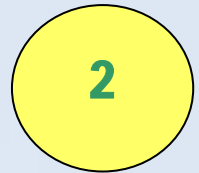
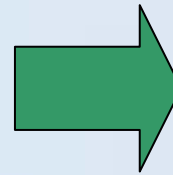
C – Fases da Agenda 21 já desenvolvidas nomeadamente: diagnóstico, metas a alcançar, plano de acção e implementação. Deverá ser apresentado o Plano de Acção e referido o trabalho já realizado no âmbito da implementação da Agenda 21 Local.



METODOLOGIA

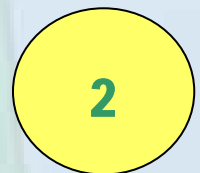
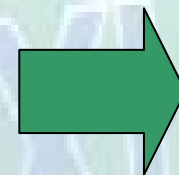
A- diversidade de suporte de informação disponibilizada pelo município, nomeadamente:

- serviços com atendimento personalizado
- reclamações e questões on-line
- linha azul
- provedor do cidadão
- distribuição de informação útil pelo correio
- distribuição de boletim municipal



B- A informação disponibilizada na página da Internet, nomeadamente:

- existência de conteúdos relacionados com ambiente, educação ambiental, desenvolvimento sustentável, Agenda 21;
- qualidade dos conteúdos;
- actualização dos conteúdos
- acessibilidade e navegabilidade
- facilidades para os cidadãos com necessidades especiais
- disponibilização de serviços online para cidadãos e empresas

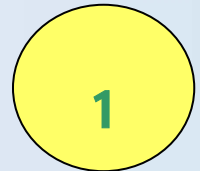
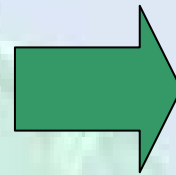


. METODOLOGIA

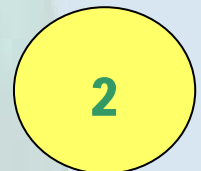
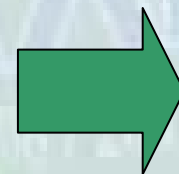
Deve ser referido número total de funcionários do município.

A – A existência de Departamento(s) ou Divisão(ões) com competências nas áreas de Gestão Ambiental e Educação Ambiental, caracterizadas por:

- Inserção na orgânica do município;
- Áreas de competência;
- N.º total de pessoas entregues.



B – O número de técnicos com formação superior a trabalhar na área de Ambiente e respectivas áreas de formação; o número de técnicos com formação superior a trabalhar no município.



C – O número de técnicos com formação profissional a trabalhar na Área do Ambiente e respectivas áreas de formação; o número total de técnicos profissionais a trabalhar no município.



Cooperação com a Sociedade Civil em matéria de Ambiente e Desenvolvimento

. METODOLOGIA

O indicador é calculado através da listagem das:

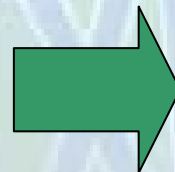
- Organizações Não Governamentais de Ambiente registadas na APA
- Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento

São consideradas as Organizações:

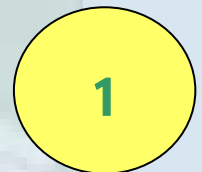
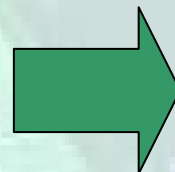
- de carácter **Local**
- de carácter **Regional**
- de carácter **Nacional** ou **Internacional**, desde que desenvolvam projectos em parceria com o município.

Deve ser feita uma breve descrição dos projectos desenvolvidos em parceria com essas organizações, sendo consideradas:

A – As ONGA – Organizações não Governamentais de Ambiente ou equiparadas



B – As ONGD – Organizações não Governamentais de Desenvolvimento



C – Outras organizações de carácter sócio-cultural



Certificação em Sistemas de Gestão de Qualidade e/ou Ambiente e/ou Segurança e Saúde no Trabalho

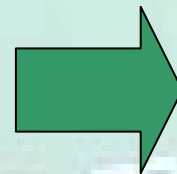
METODOLOGIA

São consideradas as certificações:

- ISO 9001;
- ISO 14001;
- EMAS.

O indicador é calculado através da existência de certificações atribuídas:

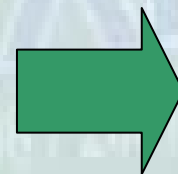
A – ao município e/ou seus serviços;



1,5

B – às Juntas de Freguesia que integram o município;

C – às empresas municipais ou multimunicipais com participação do município;



1,5

D – às empresas fornecedoras de bens e/ou serviços ao município.

Deverão ser referidas as certificações em implementação ou em processo de certificação.

Serão considerados os últimos dados oficiais disponíveis.

3

METODOLOGIA

A-Rede Nacional de Áreas Protegidas – âmbito local ou regional

A1 – Gestão assegurada pelo município de áreas protegidas de âmbito local ou regional (Paisagens Protegidas)

A2- Existência de iniciativas municipais e/ou da Sociedade Civil no sentido da criação de estatuto de protecção

B- Rede Nacional de Áreas Protegidas (*)

B1 – Existência de Área (s) Protegida (s) pertencente(s) à Rede Nacional de Áreas Protegidas

B2 - Existência de pelo menos 7,5% da área do Concelho com o estatuto de área classificada incluída na Rede Nacional de AP

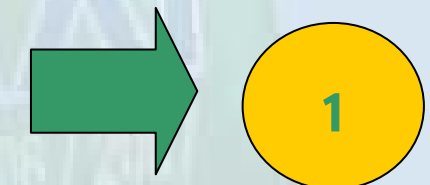
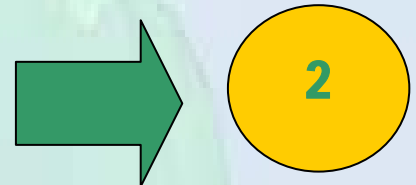
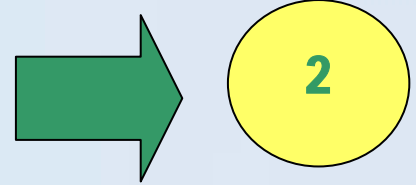
C- Classificações Internacionais

C1 - Áreas Classificadas da Rede Natura 2000

C2 – Zonas Húmidas e Importância Internacional ao abrigo da Convenção Ramsar

C3 – Reserva Biogenética

C4 – Reserva da Biosfera o



bonus

Conservação da Natureza, Biodiversidade e Paisagem

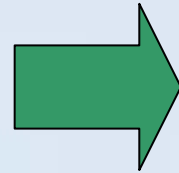
METODOLOGIA

A- Acções que visem a conservação da natureza, da biodiversidade e da paisagem. (*)

A1- Nº e tipo e descrição de acções efectuadas pelo município ou em parceria nos últimos 3 anos (excepto controlo de invasoras)

A2 – Mapeamento das acções realizadas descritas em A1 (ha)

A3 – Investimento do município em actividades de conservação da natureza (incluindo controlo de invasoras)/orçamento total do município *100



1,5

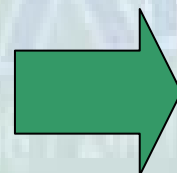
B – Controlo de exóticas invasoras ()**

Flora

B.1 – Mapeamento da distribuição das espécies vegetais invasoras (com indicação das várias espécies);

B.2 – Apresentação do plano de controlo de espécies vegetais invasoras

B.3 – Aplicação dos planos de controlo ou erradicação das espécies não indígenas invasoras



1,5

Fauna

B.4 – Mapeamento da distribuição das espécies vegetais invasoras **B.5** – Apresentação do plano de controlo de espécies vegetais invasoras

B.6 – Aplicação dos planos de controlo ou erradicação das espécies não indígenas invasoras

3

METODOLOGIA

Este indicador é avaliado mediante o

cumprimento de um conjunto de requisitos:

A- Área dos espaços florestais administrados pelo município (EFAPM).

B- Número de Planos de Gestão da Floresta (PGF) aprovados e área total submetida a PGF.

C – Existência de Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) e área de EFAPM com PMDFCI implementado.

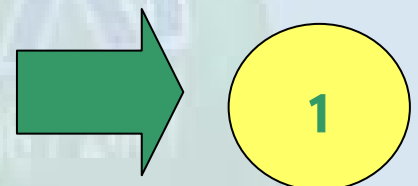
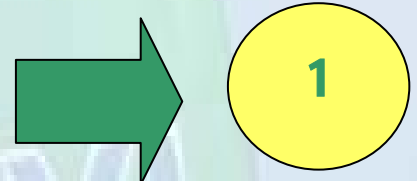
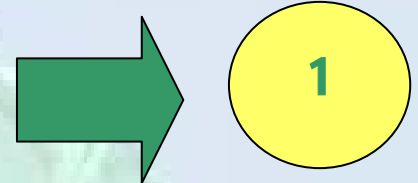
D- Execução de faixas de gestão de combustíveis ao longo das estradas e caminhos municipais e % de Km executados sobre o total a executar.

E - Execução de faixas de gestão de combustíveis em torno dos aglomerados populacionais e % de Km executados sobre o total a executar..

F- Número de reuniões realizadas com proprietários e produtores florestais.

G- Número de acções de sensibilização realizadas para a prevenção dos incêndios florestais para vários tipos de público, incluindo o escolar (tipo, público-alvo).

H- Número de unidades de parques recreativos florestais, incluindo circuitos de manutenção e percursos interpretativos, instaladas pelos municípios.



METODOLOGIA

A. Estrutura Verde Urbana

A1. Estrutura Verde Principal

- Área total de EVP (m²);
- Área de EVP por habitante (m²/hab).

A2. Estrutura Verde Secundária

- Área total de EVS (m²);
- Área de EVS por habitante (m²/hab);

A3 .Espaço verde urbano no município

Espaço verde público nos centros urbanos urbanos com + de 5000 habitantes / População residente nos centros urbanos na data actual x 100

A4. Novos espaços verdes públicos

Criação nos últimos 3 anos (descrição da tipologia e área)

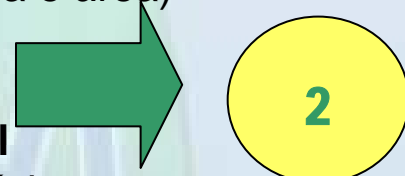
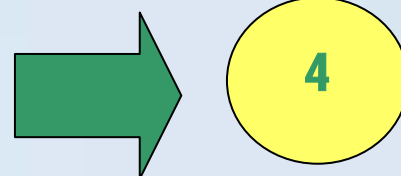
B. Consolidação do Espaço Urbano

B1 – Taxa de execução do espaço urbanizável

Espaço urbanizável ocupado no município na data actual x 100
Espaço urbanizável no município no PDM em vigor

B2 – Percentagem de novos fogos em solo rural relativamente ao total de novos fogos no município

Nº novos fogos em solo rural no município x 100
Nº novos fogos em solo urbano no município + nº novos fogos em solo rural

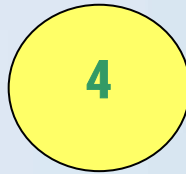
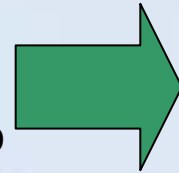


METODOLOGIA

C. Renovação e Reabilitação Urbana

C.1 –

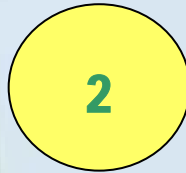
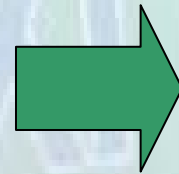
C.2 – C.3 – N.º absoluto de acções de requalificação, remodelação ou recuperação de edifícios públicos (desenvolvidos pelas Câmaras Municipais ou Administração Central)



C.4 – Acções de intervenção de restauro, renovação, reabilitação ou requalificação urbana em espaço urbano, implementados nos últimos 3 anos: breve descrição e área abrangida (execução de planos, SRU, PRAUD, programas comunitários, etc.)

D. Planeamento

D.1 – N.º de Planos de Urbanização e de Planos de Pormenor em vigor



D.2 – D.3 – Percentagem de RAN desafectada

Área desafectada da RAN por efeito de PMOT x 100

Área total da RAN no município

D.4 – Percentagem de REN excluída do respectivo regime

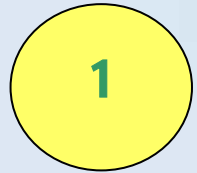
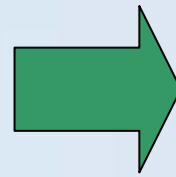
Área excluída da REN, por efeito de PMOT+ RIP x 100

Área total da REN no município

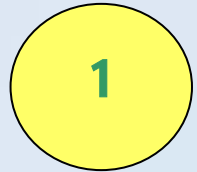
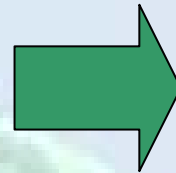


METODOLOGIA

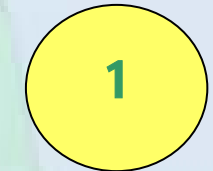
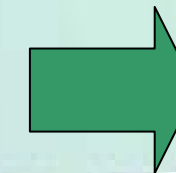
A – Existência de iniciativas para avaliação da qualidade do ar ao nível do município



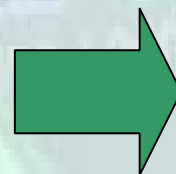
B – Implementação de medidas ao nível local, que conduzam a uma preservação e melhoria da qualidade do ar



C – Existência, com carácter regular, de formas de informação ao público da qualidade do ar em geral e/ou riscos para a saúde pública dos níveis de determinados poluentes e de acções de divulgação/sensibilização sobre como contribuir para a preservação e melhoria da qualidade do ar



D – Existência de excedências aos valores estabelecidos pela legislação comunitária e nacional para a protecção da saúde humana

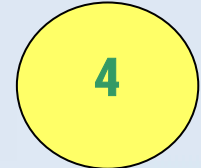
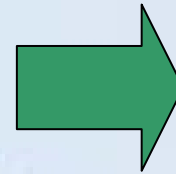


Pontuação negativa

IP

METODOLOGIA

O índice de qualidade da água (IQ) é composto por dois subíndices (**I1** e **I2**):



I1 – corresponde à % de análises realizadas:

I2 – reflecte o grau de incumprimento das análises em relação aos valores paramétricos e é o resultado da combinação de 3 factores **F1**, **F2** e **F3**: **F1** mede o âmbito dos incumprimentos: **F2** mede a frequência com que esses incumprimentos ocorrem: (1 teste corresponde à análise de 1 parâmetro) **F3** mede a dimensão dos incumprimentos em relação ao VP: (f = função assintótica que varia entre 0 e 100) Cálculo de **I2**:

1,5

Cálculo de **IQ**:

Cálculo de **IQ**:
$$IQ = \left(\frac{I1 + I2}{2} \right)$$



População servida por Sistemas de Abastecimento de Água

METODOLOGIA

A população servida é calculada pela razão entre a população residente ligada aos sistemas públicos de abastecimento de água e a população residente total.

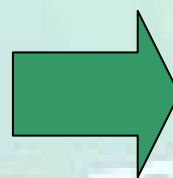
% da população servida por sistemas de abastecimento de água

80 a 84% = 1 ponto

85 e 89% = 2 pontos

90 a 94% = 3 pontos

95% ou mais = 4 pontos



4

3

População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais

METODOLOGIA

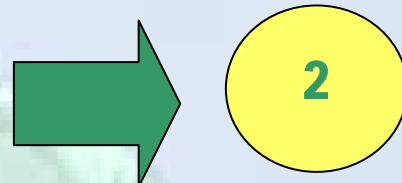
A- A população servida por drenagem é calculada pela razão entre a população residente ligada aos sistemas públicos de drenagem de águas residuais e a população residente total.

50% a 69 = 0,5 pontos

70 a 79% = 1 ponto

80 a 89% = 1,5 pontos

90% ou mais = 2 pontos



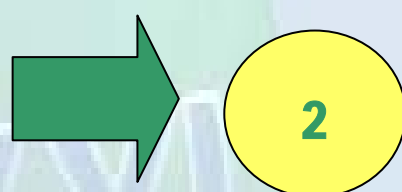
B- A população servida por tratamento é calculada pela razão entre a população residente ligada aos sistemas públicos de tratamento de águas residuais e a população residente total.

A população servida por tratamento, sempre que possível, poderá ser desagregada por grau de tratamento: preliminar, primário, secundário e terciário. 50% a 69 = 0,5 pontos

70 a 79% = 1 ponto

80 a 89% = 1,5 pontos

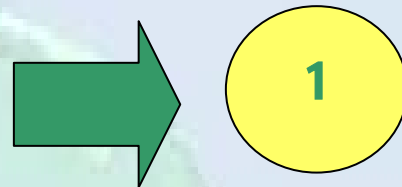
90% ou mais = 2 pontos



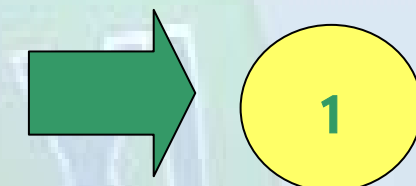
METODOLOGIA

Este indicador é calculado com base na quantificação dos RSU produzidos na fonte, efectuada pelas entidades competentes, sendo feita a análise:

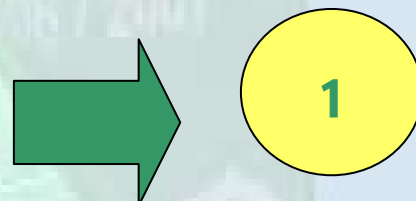
A- da evolução da produção de RSU
Sub-indicador A: máximo = **1 ponto**
(correspondendo a um decréscimo verificado nos 3 últimos anos anteriores à candidatura, sendo considerados os períodos $X_{n-1} - X_n$ e X_{n+2} e X_{n+1})



B- da evolução da % de RSU recolhidos selectivamente
Sub-indicador B: máximo = **1 ponto**
(correspondendo a um decréscimo verificado nos 3 últimos anos anteriores à candidatura, sendo considerados os períodos $X_{n-1} - X_n$ e X_{n+2} e X_{n+1})



C- Pontuação simultanea em A e B



Valorização e Reutilização dos Resíduos Sólidos Urbanos

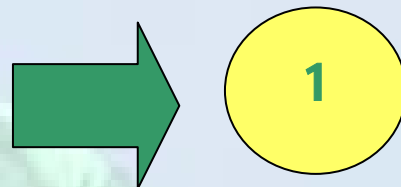
METODOLOGIA

Deverão ser descritos os tipos de tratamento de RSU realizados no concelho.

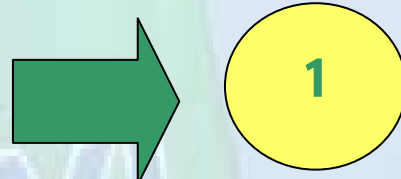
Este indicador é calculado com base na quantificação do peso de resíduos valorizados relativamente ao peso total de resíduos produzidos.

A – Existência de um sistema de valorização dos RSU que serve o município.

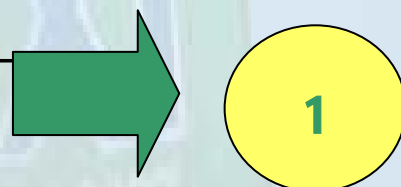
Deverão ser descritos os tipos de valorização de RSU realizados (tonelagem por tipo de valorização).



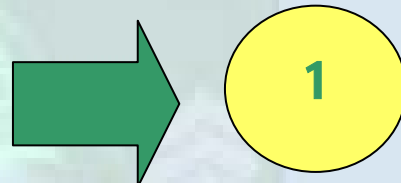
B – Resíduos Sólidos urbanos desviados de aterro – em % /RSU valorizados/RSU produzidos*100).



C – Resíduos de embalagens valorizados em % (resíduos de embalagem valorizados/resíduos de embalagem produzidos*100).



D – Resíduos urbanos bio degradáveis (RUB) valorizados – em % (resíduos bio degradáveis valorizados/resíduos bio degradáveis produzidos* 100)



Valorização do papel da eficiência energética

METODOLOGIA

Conjunto A

O município, enquanto **entidade consumidora** de energia:

A1- controla especificamente os seus consumos de energia?

A2- desagrega os seus consumos de energia de acordo com a sua utilização final?

A3 – implementou algum programa de racionalização dos consumos?

A4 – nomeou algum responsável pela Gestão/ Controlo de energia?

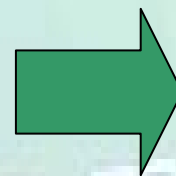
A5 - participa em alguma Agência de Energia?

A6 – definiu algum procedimento específico na sua política de compras que valorize a aquisição de bens/equipamentos de maior eficiência energética?

A7 – tem uma política activa de integração das energias renováveis nos seus edifícios/instalações?

A8 – participa em alguma Agência Regional ou Municipal de Energia?

A9 – tem alguma política activa de informação e educação para a energia, virada para a sua estrutura interna?



2,5

2,5
de 5

Valorização do papel da eficiência energética (cont.)

METODOLOGIA

Conjunto B

O município, enquanto **entidade dinamizadora** de melhores práticas:

B1 – promove a verificação do cumprimento dos regulamentos sobre energia nos edifícios (RCCTE; RSECE)?

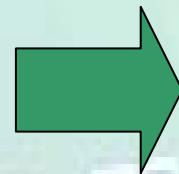
B2 – tem alguma disposição municipal que valorize a promoção de imóveis e instalações mais exigentes sob o ponto de vista da energia?

B3 - tem alguma política activa de aproveitamento de recursos endógenos para a produção de energia (ex.: solar, biomassa, eólica, , etc.)?

B4 – a energia é devidamente considerada no Plano Municipal de Ambiente?

B5- tem alguma política activa de informação e educação para a energia, virada para a sua estrutura interna?

B6 - tem alguma política activa de informação e educação para a energia, dirigida aos munícipes em geral?



2,5

<i>Nº de respostas afirmativas no conjunto A</i>		<i>Nº de respostas afirmativas no conjunto B</i>	Pontuação ECOXXI
2	+	1	1 ponto
3 ou 4	+	2	3 pontos
5 ou mais	+	3 ou mais	5 pontos

2,5
de 5

METODOLOGIA

A. Promoção da Mobilidade (mais) Sustentável

A1 – Implementação, nos últimos 3 anos, de medidas permanentes com vista à redução do tráfego rodoviário;

A2 – Existência de transportes colectivos urbanos (especificar se são de iniciativa do município, em parceria com o mesmo ou por iniciativa exclusivamente de empresa privada);

A3 - Implementação, nos últimos 3 anos, de medidas de incentivo a veículos com tecnologias alternativas e promoção de bio combustíveis (especificar se a autarquia possui veículos com tecnologias alternativas e/ou o consumo de biocombustíveis na frota municipal);

A4 - Existência de ciclovias no concelho (contabilização dos km de ciclovia existentes, indicação da ciclovia mais longa e referência às respectivas localizações);

A5 - Existência de zonas pedonais ou de acesso condicionado (contabilização dos km de zonas exclusivamente pedonais nos núcleos urbanos, contabilização dos km de zonas de acesso condicionado e referência à respectiva localização; contabilização da % de ruas que cumprem com os critérios de acessibilidade para todos).

B. Planos e Projectos

B1 – Adopção de medidas relativas à “acessibilidade para todos” (breve descrição dos projectos).

C. Sensibilização para a mobilidade Sustentável



3,5



1



0,5

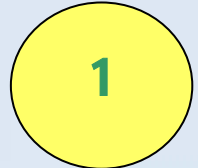
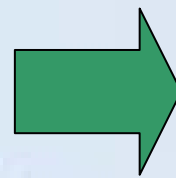


5

METODOLOGIA

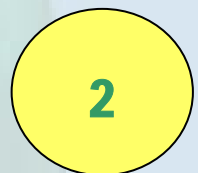
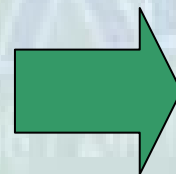
A. Mapas de ruído do concelho:

- Existência de mapas de ruído no concelho;
- Integração do mapa de ruído como peça do PDM;
- Existência de carta de classificação de zonas;
- Área de zonas sensíveis classificadas;
- % da população exposta às seguintes classes de níveis sonoros:
 - L_{Aeq} diurno > 65 dB (A)
 - L_{Aeq} nocturno > 55 dB (A)



B. Plano Municipal de Redução de Ruído:

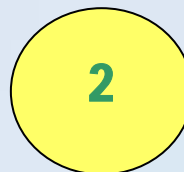
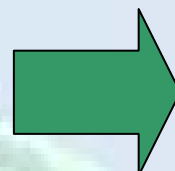
- Elaboração de Plano Municipal de Redução de Ruído;
- Implementação de medidas permanentes de redução de ruído previstas ou não no PMRR (breve descrição)



METODOLOGIA

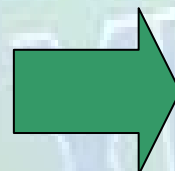
O indicador é calculado tendo em consideração:

A – Habitat agrícola semi-natural
- % da SAL ocupada com habitat agrícola semi-natural no concelho



C - Cálculo do Indicador = área de habitat agrícola semi-natural/ SAU + 0,1 * A

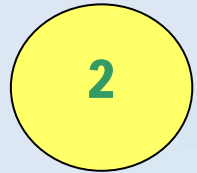
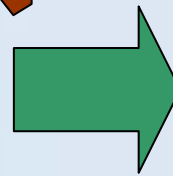
B – Modo de Produção Biológico no concelho
- n.º de explorações com Modo de Produção Biológico
- % da SAL controlada com Modo de Produção Biológico



METODOLOGIA

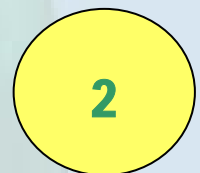
Sub-indicador A

- Intensidade Turística (dormidas/(n.º habitantes*365))*100.
- Índice de Amplitude Sazonal (n.º de dormidas nos 3 meses de Verão/ n.º de dormidas nos 3 meses de Inverno).
- Taxa de Ocupação – Cama.
- Número de unidades turísticas certificadas (2)/ Nº total de unidades turísticas.
- Número de projectos de empreendimentos turísticos privados que contemplem intervenções ao nível da requalificação de espaços públicos degradados.
- Número de projectos de investimento privado em Áreas Protegidas e Áreas Contíguas (tipologias Turismo Natureza e Turismo Sustentável/ total tipologias).(*)
- Número de candidaturas elegíveis SIVETUR e SIME (1) . Referencia às candidaturas certificadas (*)
- Número e taxa de ocupação das unidades turísticas em espaço rural e turismo de natureza (**)



Sub-indicador B

- Existência de um plano de desenvolvimento turístico.
- Existência de monitorização de indicadores.
- Desenvolvimento de projectos públicos de recuperação de património com vista ao seu aproveitamento turístico.
- Existência de suportes promocionais com reduzido impacte ambiental (descrição)
- Organização/ Apoio a eventos.



Galardão

Os resultados obtidos na candidatura anual serão sublinhados através da atribuição de:

- a) **um diploma**, que atesta o compromisso assumido pelo município no percurso para a sustentabilidade. Considera-se que o acto de avançar com uma candidatura que obriga à recolha e sistematização de um importante conjunto de informações é por si só um sinal de empenho em atingir os objectivos do projecto. Por esta razão o diploma de participação será entregue a **todos os municípios** envolvidos, salvo casos excepcionais devidamente justificados pela Comissão Nacional.
- b) **uma medalha**, que simboliza a existência de medidas significativas:
Esta medalha será entregue a todos os municípios com valores **superiores a 40%** do índice **ecoXXI 2007**.
- c) **uma bandeira**, no caso dos municípios que atinjam um índice igual ou **superior a 50%** do índice **ecoXXI 2007**. Note-se que a bandeira foi considerada pela Comissão Nacional como indicativa da existência de um percurso consistente no sentido da sustentabilidade.

A existência de uma galardão diferenciado visa reconhecer diferentes graus de envolvimento e/ou de performance, bem como estimular a existência de melhorias contínuas.

Calendário do eCOXXI

Fevereiro a Maio	Reuniões da Comissão Nacional para redefinição dos indicadores não considerados em 2006 e revisão geral do projecto
16 de Março de 2007	Entrega do galardão 2006/07. Porto
19 de Junho 2007	Acção de formação ECOXXI; Abertura das candidaturas 2007/08
Junho a Setembro	Esclarecimento de dúvidas sobre as candidaturas
30 de Setembro 2007	Data limite para entrega das candidaturas
Outubro a Janeiro 2007	Reuniões da Comissão Nacional.
Janeiro 2007	Divulgação aos municípios dos resultados ; recepção de pedidos de revisão
Fevereiro 2008 (?)	Entrega do galardão 2007/08

Quaisquer dúvidas ou esclarecimentos

eco21@abae.pt

935373716

213942740